

Aula 11

OS ANOS JK

META

Discutir o nacional-desenvolvimentismo brasileiro dos anos 1950 através do documentário Os Anos JK (1980), de Sílvio Tendler, caracterizando seus avanços econômicos e suas contradições sociais.

OBJETIVOS

Adescrever a importância da Instrução 113 da SUMOC na transformação da acumulação capitalista no Brasil; listar os principais objetivos do Plano de Metas do governo JK, apontando alguns indicadores do expressivo crescimento econômico durante os anos JK; e definir quais foram os problemas econômicos e sociais agravados pelo desenvolvimentismo juscelinista.

PRÉ-REQUISITOS

O aluno deverá ler excertos da obra de Eder Sader sobre o desenvolvimentismo do período JK (ver Momento de Reflexão).

Antônio Fernando de Araújo Sá

INTRODUÇÃO

Olá, caro aluno. Seja bem-vindo ao nosso décimo primeiro encontro. Hoje, realizaremos mais uma viagem à história de nosso país. Na aula anterior, estudamos o período Getulista, vimos que o suicídio de Vargas desencadeou uma série de motins populares nas diferentes regiões brasileiras, em defesa da memória do líder populista, seja realizando comícios, protestos, passeatas, seja efetuando ataques a jornais ou a casas de políticos relacionados à União Democrática Nacional. Assim, “se o suicídio de Vargas paralisou os golpistas, a reação popular os fez recuar” (FERREIRA, 2003, p. 315).

O trauma político ocasionado pela solução drástica do suicídio de Vargas permaneceu no período de 24 de agosto de 1954 a 3 de outubro de 1955, data das eleições presidenciais. Nesta aula, iremos transitar pela fase de nossa história conhecida como Anos Dourados, em que traçaremos um panorama geral do governo JK. Utilizaremos o documentário Os Anos JK (1980), de Sílvio Tandler, para analisar, através de seu enredo, de que forma está representado o desenvolvimento brasileiro nos anos 50.

A leitura solicitada no pré-requisito é muito importante para o andamento de nossa aula, tornando-a mais produtiva e facilitando a compreensão do conteúdo. Boa aula.



JK na Explanada dos Ministérios (Fonte: <http://www.jornalinfinito.com.br>)

A ELEIÇÃO DE JK

Como vimos na aula anterior, o suicídio de Vargas causou um trauma político, que permaneceu durante o período prevista para as eleições presidenciais. Com a instabilidade política e o clima de radicalização por parte dos udenistas, faziam-se conduzir conspirações quanto à realização da referida eleição, sugerindo seu adiamento. Como o governo de Café Filho alinhava-se ao udenismo antigetulista, os radicais tentavam, por meios extralegais, impedir o retorno da aliança PSD-PTB ao poder, através da candidatura de Juscelino Kubitschek e João Goulart. A aliança conservadora entre udenistas e parte das Forças Armadas visava destituir os direitos políticos dos trabalhadores, como ficava claro nas páginas do jornal *Tribuna da Imprensa*, porta-voz dos golpistas.

Apesar das manobras conservadoras de impedimento da candidatura juscelinista, inclusive feita pelo seu antigo padrinho político, Benedito Valadares, JK conseguiu uma forte base de apoio à sua candidatura, tanto por parte de setores significativos da burguesia, como o Grupo Antunes, quanto de sua aproximação com as empresas multinacionais como a Mannesman. Ao mesmo tempo, influentes órgãos de imprensa o apoiavam como o jornal *Correio da Manhã* e a revista *Manchete*, ambas do Rio de Janeiro, mas de circulação nacional. Vitorioso no Diretório Nacional e depois na Convenção Nacional do PSD, JK imprimiu o retorno da dobradinha com o PTB, tendo como candidatura à vice-presidência o líder trabalhista João Goulart.

Nas eleições de 3 de outubro de 1955, JK obteve 36% dos votos nacionais contra 30% de Juarez Távora, da UDN, 26% de Adhemar de Barros, do PSP, e 8% do ex-líder fascista Plínio Salgado, do diminuto PRP. Entretanto, o clima ainda não era de tranquilidade, pois os golpistas não haviam desistido de impedir a posse de JK-Jango. Como o argumento de que a Constituição exigia a maioria absoluta para posse na Presidência da República não fora suficiente para impedir a posse de Vargas em 1950, os udenistas mais radicais deixavam de lado tal argumento e passaram a conspirar pela necessidade de um golpe militar, articulado com jovens oficiais antigetulistas e de direita influenciados por Carlos Lacerda.

Contraopondo-se a maré golpista, houve uma mobilização por parte dos grupos organizados da sociedade civil brasileira, como a União Metropolitana dos Estudantes, do estado da Guanabara, ou o jornal *Correio da Manhã*. Não podemos esquecer a formação da Liga de Defesa da Legalidade, composta por trabalhadores, intelectuais, empresários, militares e sindicalistas, que repudiava qualquer tentativa golpista de impedir a legalidade constitucional. Além dos nacionalistas, os presidentes das Federações das Indústrias também publicaram uma nota denunciando o clima político negativo, de pânico e ceticismo, o que estava prejudicando a produção industrial e os negócios (FERREIRA, 2003, p. 318).

Ver glossário no final da Aula

O contragolpe desfechado pelo **General Henrique Teixeira Lott** no dia 11 de novembro de 1955 repõe o papel do poder militar na estrutura política brasileira, que remonta aos primórdios da República. Caro aluno, para compreendermos melhor os acontecimentos que levaram ao contragolpe, é necessário levar em conta a posição de Café Filho e a dos militares. Como relatou MARANHÃO (1985: p. 33-34), em fins de outubro, o presidente Café Filho cometeu um lapso significativo ao solicitar o apoio do líder pessedista José Maria Alkmin para uma medida relativa às finanças da União, afirmando que “não seria justo lançar essa carga sobre os ombros de quem quer que seja o futuro presidente”. Alkmin relatou o ocorrido aos companheiros do PSD, pois já havia um presidente eleito e a afirmação sugeria o impedimento da posse de JK. Sobre os militares, o enterro do General Canrobert Pereira da Costa, em 1º de novembro de 1955, foi decisivo para a resolução do impasse sobre a posse de JK, na medida em que, durante o enterro, o Coronel Jurandir Bizarria Mamede exaltou as virtudes anticomunistas e antigetulistas do morto, atacando a posse de JK. Isso desencadeou a imediata posição do General Lott pela punição do coronel, mas que, por estar designado pelo Estado Maior da Escola Superior de Guerra, somente o presidente da República poderia fazê-lo. Como Café Filho estava hospitalizado e a imprensa udenista apoiava o discurso do coronel, os quartéis fervilhavam com a crise. No dia 8 de novembro, Café Filho passou a Presidência ao Presidente da Câmara, Carlos Luz, que era alinhado aos golpistas. Em protesto, o General Lott renunciou do posto de Ministro da Guerra e, junto com os oficiais do Movimento Militar Constitucionalista (MMC), efetuou o contragolpe de 11 de novembro de 1955, passando o poder para **Nereu Ramos**, que garantiria a posse de JK e João Goulart.

Importante notar que este contragolpe liderado pelo general Lott “liberou tendências nacionalistas dentro das Forças Armadas – particularmente no Exército – próximas do PTB e que, até então, atuavam com discrição política” (FERREIRA, 2003, p. 325-326). E assim, foi criada a Frente de Novembro, organização que congregava militares, sindicalistas, petebistas e comunistas unidos em torno do nacionalismo e da democracia.

Logo no início do seu governo, JK enfrentou a primeira crise militar com a revolta de Jacareacanga (PA), liderada pelo major Haroldo Veloso, com cerca de 20 oficiais da Aeronáutica, em fevereiro de 1956. Segundo MARANHÃO (1985, p. 69), a “rápida ação dos paraquedistas do Exército e o apoio um tanto constrangido dos oficiais da FAB, não partidários, conseguiram conter aquilo que poderia resultar num golpe da direita”. Os levantes militares foram controlados pelo ministro da guerra, Marechal Lott e, com a anistia geral aos revoltosos, o presidente da República conseguiria moldar o mito de defensor da concórdia e da paz como marca de seu governo.



O Presidente Carlos Luz (9º da esq.), deposto pelo Movimento 11 de Novembro de 1955, refugia-se no Cruzador Tamandaré. (Fonte: www.cpdoc.fgv.br)

Como ressalta Ângela de Castro Gomes (1991, p. 2), a tradição política brasileira desde os anos 1930 assevera que presidente e ministro do Exército são figuras-chave “para a manutenção ou destruição das normas constitucionais vigentes”. Assim, a cúpula militar tornou-se a principal base de sustentação e estabilidade política do governo JK, ao mesmo tempo em que incorporou, com decisiva participação e articulação do general Lott, em postos governamentais um grande número de oficiais, tanto em ministérios, quanto nas empresas estatais como a PETROBRAS, a SUDENE e a SEAPE (Serviço Agropecuário). Isso acentuou e aumentou a autonomia e a eficácia dos aparelhos do Estado, em seu processo de superfortalecimento do Executivo, pois reduzia objetivamente o poder do Parlamento, como fica claro na criação de organismos paralelos na administração federal.

Outro fator destabilizador do Governo JK foi a pressão de trabalhadores e estudantes. Com a esquerda, o presidente contou com a decisiva interlocução do vice-presidente João Goulart para a manutenção da legalidade institucional. JK, ainda que se diferenciasse dos getulistas, fez concessões concretas ao movimento operário, como, por exemplo, ao permitir crescer o peso dos dirigentes sindicais na Lei Orgânica da Previdência Social de 1960, quando um terço dos cargos ficava para representantes dos sindicatos. Contudo, Juscelino também reagiu no outro extremo ao ameaçar mandar ao Congresso um pedido de estado de sítio para enfrentar a greve da paridade de novembro de 1960, quando as tensões sociais oriundas do desenvolvimentismo começavam a ficar cada vez mais evidentes. Entretanto, a bancada governista votou no Congresso a Lei da Paridade, satisfazendo aos trabalhadores (MARANHÃO, 1985: p.89).

Nesta conjuntura, a eleição de elementos da esquerda nacionalista no XIX Congresso da UNE, em 1956, também teve papel de destaque, quando se enfatizou em suas campanhas a luta antiimperialista e as questões

relativas ao ensino. Não podemos esquecer aqui a atuação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) que se propusera a contribuir para a construção de uma ideologia do desenvolvimento nacional, identificada com os anseios das classes populares. Entretanto, existia uma plêiade de formulações teórico-políticas que disputavam, entre si, essa identificação com o povo brasileiro (TOLEDO, 1997).

Além da neutralização dos conflitos dentro da ordem legal, o governo JK, por conta do sucesso de seu Plano de Metas, conseguiu modelar determinada imagem de “anos dourados” para seu governo. Essa bem sucedida experiência de planejamento econômico proporcionou um intenso desenvolvimento industrial no período de 1956 a 1960, ainda que a burguesia industrial não tivesse conseguido estabelecer sua hegemonia na sociedade política, o que resultou na manutenção da sua dependência com relação ao Estado, seja assegurando a transferência de renda do setor agrícola para a indústria, seja garantindo a entrada de capital estrangeiro para a expansão industrial.

Ministério de Educação e Cultura
INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS
CURSO INTRODUTÓRIO
AOS PROBLEMAS BRASILEIROS
1959

1) - <u>Cultura e Desenvolvimento</u> Roland Corbistier	2 de maio - 16,30 h
2) - <u>Nacionalismo e Desenvolvimento</u> Cândido Antônio Mendes de Almeida	9 de maio - 16,30 h
3) - <u>As Fôrças Armadas e o Nacionalismo</u> Nelson Werneck de Castro	16 de maio - 16,30 h
4) - <u>Revolução Industrial</u> Luís Carlos de Oliveira	23 de maio - 16,30 h
5) - <u>Revolução Agrária</u> João Leite Lopes	30 de maio - 16,30 h
6) - <u>O Problema do Trabalho</u> Gabriel Passos	6 de junho - 16,30 h
7) - <u>Problemas do Nordeste</u> Osvaldo Furtado	13 de junho - 16,30 h
8) - <u>Capital Estrangeiro</u> Sergio Buarque	20 de junho - 16,30 h
9) - <u>Problemas de Política Nacional Brasileira</u> Osvaldo Aranha	27 de junho - 16,30 h
10) - <u>O Programa de Metas e o Desenvolvimento Nacional</u> Presidente Juscelino Kubitschek	4 de julho - 16,30 h

Programa do curso “Introdução aos Problemas Brasileiros!”, promovido pelo ISEB. Rio de Janeiro, 14 de maio de 1959. (Fonte: www.cpdoc.fgv.br)

Não podemos esquecer que a mudança na forma de acumulação capitalista no Brasil, proporcionada pelo Plano de Metas, só foi possível com a criação da controvertida Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), ainda no governo Café Filho, em que o financiamento da acumulação capitalista seria feito pelo capital externo, isto é, permitia investimentos estrangeiros diretos sem cobertura cambial, assegurando ao

investidor estrangeiro a importação de equipamentos industriais. O salto na acumulação capitalista vai ser dado pelos bens de consumo duráveis, bem como a de bens de produção no período do governo JK.

Além do investimento externo, JK investiu na criação de organismos paralelos para a execução do Plano de Metas, chamados de órgãos da “administração paralela”, que garantiram certa autonomia do Executivo diante do Legislativo, que, à época, ainda detinha importante papel nas questões de ordem econômica. Segundo MARANHÃO (1985: p. 62-63), podemos destacar os seguintes grupos executivos: o “GEICON, encarregado de implementar a indústria de construção naval, o GEIA, para a indústria automobilística, e o GEIMAPE, para o setor de bens de capital e maquinaria pesada”.

Em balanço sobre o Plano de Metas, Clovis de Faro e Salomão L. Q. da Silva (1991: p. 62) afirmam que, “no que concerne a seus objetivos específicos, a execução do Programa de Metas obteve uma grande dose de sucesso. Isto também foi verdade no caso da construção de Brasília, que embora não tenha sido incluída como um dos itens do programa representava um compromisso de campanha e podia ser considerada uma meta-símbolo”.

Caro aluno, a imagem produzida para a posteridade do governo JK foi a de um estadista da estabilidade política, da anistia, e também o homem que trouxe a esperança de que o Brasil finalmente entraria na modernidade, com a construção da nova Capital, Brasília. Interessante observar que essa busca pela legitimação do discurso juscelinista atravessou a sociedade brasileira como um todo, atingindo detalhes do cotidiano da época da inauguração da nova Capital, como xícaras vendidas como souvenirs, que traziam consigo símbolos e inscrições do ideário desenvolvimentista e do mito do progresso. A eficácia ideológica desse discurso era exatamente apresentar-se enquanto desprovido de intenções. Souvenir, etimologicamente falando, é, em francês, lembrar-se, significando um movimento de “vir” de baixo: sou-venir, vir à tona o que estava submerso.



Cartão Postal do Palácio da Alvorada, 1960 (Fonte: www.cpdoc.fgv.br)

Cada xícara carregava consigo inscrições como “assisti a alvorada do Brasil”, “marco da nova era brasileira”, “fui testemunha do milagre” e “Brasília: a obra do século XX”. Nos seus revestimentos, os arcos do Palácio da Alvorada cortavam rente o local de se colocar os lábios. As xícaras ainda estampavam monumentos dos mais representativos da cidade: a Catedral, as Gêmeas, a igrejinha de Nossa Senhora de Fátima.

Ao tomar Brasília como um “marco da nova era brasileira”, o discurso juscelinista pretendia colocá-la como uma ruptura, um marco divisor da história do Brasil. O Brasil arcaico e interiorano tinha que dar lugar ao Brasil “moderno”. Mas esse mesmo discurso se apropriava ao da história oficial, ao utilizar ícones do processo de conquista e colonização como, por exemplo: realizar a Primeira Missa de Brasília datada no mesmo dia 3 de maio, em que Cabral mandou rezar a primeira missa no Brasil, requintando-a com índios carajás trazidos pela FAB. Também como no caso do mito do bandeirante desbravador utilizado por JK quando de sua campanha à Presidência. A idéia de uma alvorada brasileira está sintetizada na conhecida frase de Oscar Niemeyer: “É o deserto transformado em metrópole”.

É neste sentido que se pode afirmar que a idéia “Brasília: a obra do século XX” representaria, no plano simbólico, a concretização do programa de metas de JK – 50 anos em 5 – e, ao mesmo tempo, a entrada – com muito concreto armado – do Brasil na modernidade. Era como se o “gigante adormecido” despertasse de um sono profundo, assumindo seu papel de destaque no concerto das nações desenvolvidas desse século. A geometria invadiu ruas, palácios, casas, xícaras e outros objetos íntimos. Moderno (sub)desenvolvimento.

A inscrição “fui testemunha do milagre” representava a mitificação do extraordinário esforço do povo brasileiro em ocupar o seu papel de destaque na construção da “alvorada do Brasil”, atendendo assim, ao chamado de JK. Não importava a jornada desumana desumana de trabalho sob forte vigilância dos mestres de obras e da polícia – a temida GEB (Guarda Especial de Brasília) -, nem a degradante vida nos canteiros, que desencadeou o pouco conhecido “massacre da Pacheco Fernandes”, resgatado pelo belíssimo filme de Vladimir Carvalho, *Conterrâneos Velhos de Guerra*. Os operários brasileiros, com suor e sangue, cumpriram seu papel de “agentes” do progresso, operando um verdadeiro “milagre”.

Note que, ao trabalhar com verbos denotando ação – “fui” e “assisti” -, o discurso juscelinista veiculado nas xícaras conferia ao seu portador um papel ativo na construção da “alvorada do Brasil”, através da “obra do século XX”, se não de modo direto, vivenciando-a, ao menos compartilhando desse momento simbolicamente.

Assim, o discurso desenvolvimentista, com engenho e arte, buscava legitimar-se nas coisas mais simples e aparentemente inofensivas como essas xícaras, popularizando-se num dos hábitos mais recorrentes do brasileiro: tomar café na sala de visita.



Estudantes contra o aumento das passagens de bondes. Rio de Janeiro, maio de 1956 (Fonte: www.cpdoc.fgv.br).



Policiais cercam o prédio da UNE durante protesto de estudantes contra o aumento das anuidades e a majoração das tarifas dos bondes. Rio de Janeiro, 1956 (Fonte: www.cpdoc.fgv.br).

OS ANOS JK

Mestre em Cinema e História pela École des Hautes-Études da Sorbonne, Sílvio Tandler tornou-se um dos maiores especialistas em cinema documental no Brasil. À frente da Caliban Produções Cinematográficas, o cineasta produziu e dirigiu cerca de 31 filmes entre curtas, médias e longas-metragens no formato documental. Em 1980, Tandler lançou o filme *Os Anos JK*, que obteve uma significativa audiência de 800 mil espectadores. Era uma época, em que o cinema político encontrava um público ávido por democracia e a construção da imagem de JK como democrata no filme serviu, então, como contraponto à ordem autoritária ainda vigente. Deste modo, o filme representou um reencontro do Brasil com um dos seus presidentes mais populares da história republicana, testando o processo de abertura política. Como ressaltou Labaki (2006: p. 109), o grande mérito do filme foi aliar a exaustiva pesquisa iconográfica com entrevistas bem elaboradas, resultando num ensaio histórico que “devolveu visibilidade a um dos capítulos mais positivos da brevíssima experiência democrática nacional”.

A construção da narrativa fílmica parte, assim, da premissa da negatividade do regime militar, como explicitado nas cenas grotescas dos presidentes militares. Contrapondo-se a isso, temos a figura de JK, um presidente liberal que soube lidar com as adversidades do exercício político do cargo, sem contudo, aderir à solução autoritária. Foi um presidente que resolveu conflitos dentro da legalidade, anistiou a extrema-direita da revolta de Aragarças no início do seu governo, e também soube esvaziar a crise desencadeada pelo movimento estudantil em nome da nação, como se vê no depoimento de Aldo Arantes no filme. Ao mesmo tempo, apesar da manutenção da ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro, seu principal líder ficou praticamente em liberdade durante todo o seu governo.

Seguindo o roteiro sugerido por BERNARDET (1981), podemos colocar que o filme monta dois mecanismos básicos para organizar a História, situando JK dentro dela. O primeiro mecanismo consiste em criar uma continuidade histórica de JK com a tradição política e histórica do getulismo. Se no primeiro momento Getúlio Vargas é apresentado como ditador e caudilho, após seu suicídio sua imagem é revista e colocada como positiva. É neste sentido que se articula JK como sucessor de Vargas e mantém essa proximidade com a presença de João Goulart, herdeiro político de Vargas, na vice-presidência da República.

O outro mecanismo é o da continuidade individual, quando o filme ressalta os aspectos psicológicos positivos de JK: ele é dinâmico, entusiasta, cordial etc. Seu destino no filme parecia já traçado: de telegrafista a presidente da República. De Diamantina, o futuro presidente já sonhava com Pampulha e depois com Brasília.

Há, assim, a fusão entre a trajetória individual com a trajetória nacional na figura de JK.

Jean-Claude Bernardet chama a atenção ainda para outro mecanismo recorrente no filme: o sistema de ecos. O paralelismo entre a época de JK e a da ditadura militar, responsável pela descontinuidade histórica em 1964, fica evidente na caracterização do General Lott como legalista e nacionalista em contraponto com os ditadores pós-64. Outro exemplo é a contraposição entre JK e Jânio Quadros, enquanto o primeiro expressou o sentimento democrático, o outro é o símbolo da “inviabilidade da democracia”.

Assim, as imagens pinçadas nos arquivos desempenham um papel de legitimador do discurso cinematográfico, realçando sua autenticidade. Cria-se certa ilusão de que tais imagens representam a própria história e não apenas determinado ponto de vista, em que o discurso da História é domado e enquadrado segundo os mecanismos de seleção, montagem, música e locução. As imagens no filme aparecem como sustentáculo da locução que, na verdade, intervém constantemente para que o espectador consiga captar a “lição” da História.

É interessante notar que os filmes que optam por utilizar os cine-jornais em sua montagem acabam por mostrar, quase sempre, imagens provenientes do ponto de vista das elites dominantes. Por isso, a “quase totalidade dos filmes de montagem históricos feitos no Brasil gira em torno de chefes de Estado”: Vargas, JK, Jango, Jânio Quadros. Por serem biografias políticas, os filmes sobre Vargas e JK “circulam na mesma esfera de seu material de base, mesmo que elaborem significações diferentes deste: a política profissional, a cúpula do poder” (BERNARDET, 1981, p. 36).

A construção da memória dos anos JK no filme, contudo, esquece de uma dimensão importante naquela conjuntura do final dos anos 1950: a emergência da ampliação dos conflitos fundiários e do crescimento dos movimentos sociais e políticos no campo, como as Ligas Camponesas no Nordeste e a crescente organização do sindicalismo rural em outras regiões do país.



Francisco Julião, organizador das Ligas Camponesas, de terno escuro, com Zezé da Galiléia, um dos líderes do movimento. Pernambuco, 8 de outubro de 1959 (Fonte: www.cpdoc.fgv.br).



Concentração das Ligas Camponesas de Pernambuco. Setembro de 1960 (Fonte: www.ufmg.br).

Como ressalta Vânia Losada MOREIRA (2003, p. 184-185), o programa de governo de JK apoiou, de uma forma muito efetiva, a expansão do modelo oligárquico territorial. Quando da construção de Brasília e do imenso cruzero rodoviário, JK não disciplinou a ocupação, posse e formação de propriedades rurais nas frentes de expansão, o que favoreceu o controle e o domínio da elite rural sobre os novos territórios ocupados. Ao mesmo tempo, essa medida prejudicou enormemente os posseiros, as populações ribeirinhas e povos indígenas, como foi o caso da expropriação de terras dos Kadiwéu (1959).

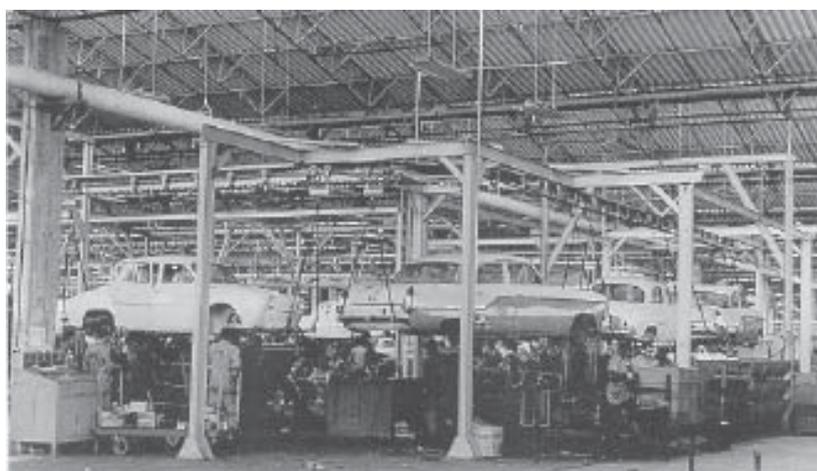
Assim, para a população rural, os anos JK foram mais cinzas do que dourados, na medida em que o que permaneceu foram promessas não cumpridas pelo presidente bossa-nova. Ele não conseguiu elevar o nível de vida da população sertaneja, nem tampouco as desigualdades regionais entre o Nordeste e o Sudeste (MOREIRA, 2003, p. 191).



Com base no texto acima, escreva um pequeno texto (2 páginas) sobre como a política econômica desenvolvimentista de JK que, articulado com seu discurso nacionalista, pôde adiar as contradições da política populista, na qual desaguaram na sua crise final no início dos anos 1960.



JK inaugura as novas instalações da fábrica de caminhões Mercedes Benz. São do Campo/SP, 28 de setembro de 1956. (Fonte: www.cpdoc.fgv.br).



Linha de montagem dos carros Dauphine e Aero-Willys. São Paulo, 14 de setembro de 1960 (Fonte: www.cpdoc.fgv.br).

CONCLUSÃO

Como forma de provocar o debate, selecionei um pequeno trecho de L. C. Bresser Pereira sobre as razões do sucesso do desenvolvimento econômico durante o governo JK. Segundo o autor, a política econômica do governo foi fundamental para isso, na medida em que seu governo converteu-se, “pela primeira vez na História do Brasil, em um instrumento deliberado e efetivo do desenvolvimento industrial brasileiro”. É uma iniciativa nova, pois, antes da Revolução de 30, os governos, geralmente representantes da oligarquia agrário-comercial brasileira, não tinham visão estratégica com relação à industrialização. O período pós-1930 mudou essa perspectiva, especialmente no segundo governo Getúlio Vargas, quando se percebe uma “tentativa séria de planejar a promoção do desenvolvimento industrial brasileiro”.

Contudo, é com o governo Juscelino Kubitschek que o Estado brasileiro se transformou em um instrumento razoavelmente eficiente de desenvolvimento do país. Para explicar tal fato, o autor aponta três fatos:

“Em primeiro lugar, fora ele eleito pelas mesmas forças políticas que desde 30 estavam no poder. E essas forças, ainda que muitas vezes contraditórias, podiam ser definidas em suas linhas gerais como nacionalistas, industrialistas e intervencionistas moderadas. Era de se prever, portanto, que o novo governo tivesse uma atitude decididamente a favor do desenvolvimento industrial brasileiro. O quadro político em que ele operava era favorável a isso. Apenas esta razão, todavia, não seria suficiente para explicar o problema. Em segundo lugar, temos a personalidade do Sr. Juscelino Kubitschek. A história, sem dúvida, não é obra de líderes políticos ou militares, mas é indiscutível que os líderes de personalidade forte deixam sua marca na história. Foi o que aconteceu com o Sr. Juscelino Kubitschek. Soube ele perceber com raro senso de oportunidade o momento histórico pelo qual o país passava e deu a seu governo duas linhas mestras: a industrialização forçada, a todo vapor, e o otimismo, a confiança nas potencialidades do país e de seu povo” (BRESSER PEREIRA in TEIXEIRA & TOTINI, 1982: 190-191).

Entretanto, Bresser Pereira esqueceu que foram as contradições sociais, políticas e econômicas advindas do nacional-desenvolvimentismo que colocaram em xeque a própria democracia populista no Brasil, na medida em que o processo de radicalização político-ideológica foi se afigurando na crise final do pacto populista. Pouco tempo depois do discurso que JK afirmara na inauguração de Brasília de que a democracia estava consolidada no Brasil, vimos, como castelo de cartas, ruir o edifício democrático com a anuência de setores militares, udenistas, burguesia industrial, da Igreja Católica e latifundiários, inaugurando uma ditadura que durou duas décadas.



Movimento Popular Jânio Quadros. Sentados, da esquerda para a direita: Jânio Quadro (2º), Carlos Castilho Cabral (3º). Entre abril de 1959 e outubro de 1960 (www.cpdoc.fgv.br)



Augusto e Ernani do Amaral Peixoto com João Goulart e Henrique Teixeira Lott durante reunião no Comitê Central Pró-Candidatura Lott e Jango. Rio de Janeiro, 1960.



RESUMO

Esta aula teve como objetivo traçar um panorama geral do governo JK-Jango, ressaltando que, durante o seu governo, houve o aprofundamento do sistema capitalista de produção com a permanência do regime democrático. Neste sentido, dentre os presidentes eleitos no período de 1946-1964, JK conseguiu moldar a idéia dos “anos dourados”, por ter sido bem sucedido do ponto de vista econômico, político e social.

Do ponto de vista econômico, em meio à crise do modelo de substituição de importação, os anos JK implementaram a mudança do padrão

de acumulação capitalista no Brasil, tornando o setor de bens de consumo duráveis a mola propulsora do desenvolvimento econômico, especialmente o setor automobilístico.

Como sustentáculo de sua proposta de aceleração do desenvolvimento industrial, o governo JK forjou uma instituição de propagação do ideário desenvolvimentista o ISEB, que ocultava as contradições sociais advindas do processo de avanço capitalista.

A construção de Brasília constitui-se na meta-síntese do desenvolvimentismo e consolidava a articulação de interesses rurais e industriais no Brasil, na medida em que JK buscou harmonizar os interesses da oligarquia rural e dos grandes industriais, com a manutenção da grande propriedade rural. Portanto, ele evitou definir qualquer política agrária que levasse em consideração as reivindicações que agitavam os nacionalistas de então como a reforma agrária.

MOMENTO DE REFLEXÃO O DESENVOLVIMENTISMO

“Kubitschek inaugura a fase do ‘desenvolvimentismo’, último surto que a expansão capitalista logra realizar sob a cobertura do sistema populista. O novo impulso à industrialização estará uma vez mais vinculado a um aumento da participação do Estado – de forma direta e indireta – no aparato produtivo.



Encontro do presidente JK com Foster Dulles, secretário de Estado americano. Fotografia de Antônio Andrade (1958), à época fotógrafo do Jornal do Brasil. A imagem tornou-se símbolo do relacionamento político e econômico entre o Brasil de JK e os EUA (Fonte: images.google.com.br)

Assim, no governo Kubitschek, o nacionalismo varguista revela-se como seu contrário: aparece como um projeto de industrialização para a ‘emancipação nacional’, enfrentando os interesses estrangeiros e

Mas nas novas condições – ditadas pela escassez de divisas e pelas necessidades crescentes de importação de equipamentos pesados -, o apoio à industrialização far-se-á abrindo todas as portas para o capital estrangeiro. Para atrair tais investimentos, o governo permite a suspensão de imposições aduaneiras para que filiais de firmas estrangeiras introduzam maquinaria no país, o que lhes

dará vantagens decisivas frente às empresas nacionais concorrentes. Assim, no governo Kubitschek, o nacionalismo varguista revela-se como seu contrário: aparece como um projeto de industrialização para a ‘emancipação nacional’, enfrentando os interesses estrangeiros e

nacionais na preservação da ‘vocalização agrária’ do país que se opunham à ‘industrialização artificial’. Dado que a forma então vigente da dependência econômica do país consistia na preservação de sua função primário-exportadora na divisão internacional do trabalho, a ideologia industrializante aparecia como sinônimo de nacionalismo, pois o governo Kubitschek efetuará uma política de intervenção estatal a favor da industrialização acelerada (enfrentando a grita da oposição udenista e das pressões do FMI), mas estimulando a intervenção estrangeira, que logo controlará as áreas dinâmicas da indústria nacional, sobre o setor de bens de consumo duráveis. Se um setor da burguesia industrial do país será eliminado nesse processo, os que logram associar-se de um ou outro modo com o capital estrangeiro, ainda que se subordinem a este, passam a beneficiar-se dos aumentos de lucros por ganhos de produtividade implícitos nos novos padrões tecnológicos e do acesso a novas áreas de conhecimento.

Assim, em condições difíceis de comércio externo, a produção industrial conhecerá elevados índices de crescimento. Em 1959, o valor da formação bruta de capital fixo na indústria será mais do que o dobro do existente em 1955. É o período em que se instalam as indústrias automobilísticas, de construção naval, eletrônica pesada e várias mecânicas pesadas.

[...]

É nesse quinquênio que a participação da indústria no Produto Nacional Bruto ultrapassa definitivamente a da agricultura: de 1955 a 1959 a agricultura desce de 25,1% para 22,6%, enquanto a indústria sobe de 24,4% para 25,4%. Seguindo os padrões da relação entre os dois setores estabelecidos desde 1930, a agricultura prossegue fornecendo recursos para a indústria, seja através das divisas de exportação, seja pela transferência de renda através das políticas de preços, seja pela oferta de contingentes de mão-de-obra expelidos do campo e que vêm constituir uma massa proletária urbana que pressiona os salários para baixo. Entre 1940 e 1960 a população rural cresceu de 37,5% e a urbana de 148%; a população ativa no setor primário passou de 9 a 12,2 milhões de homens enquanto no setor secundário passou de 1,4 a 3 milhões”.

SADER, Eder. Um Rumor de Botas: A Militarização do Estado na América Latina. São Paulo: Polis, 1982 (Coleção Teoria e História, 11), p. 144-146.



ATIVIDADES

A partir da leitura do texto desenvolva as seguintes questões:

1. Quais foram os fatos que podem explicar o significativo crescimento econômico brasileiro no governo JK?
2. Analise os dados fornecidos pelo autor e identifique como a agricultura colaborava com o processo de crescimento industrial à época?

REFERÊNCIAS

- BERNARDET, Jean-Claude. Os Anos JK: como fala a história. In: **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, v. 1, p. 32-36, dezembro de 1981.
- BRESSER PEREIRA. Desenvolvimento e crise no Brasil (1930-1983). In: TEIXEIRA, Francisco M. P.; TOTINI, Maria Elizabeth. **História econômica e administrativa do Brasil**. São Paulo: Ática, 1989.
- FARO, Clóvis de; SILVA, Salomão L. Q. da. A década de 1950 e o Programa de Metas. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991.
- FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática**. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- GOMES, Ângela de Castro (org.). **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991.
- LABAKI, Amir. **Introdução ao documentário brasileiro**. São Paulo: Francis, 2006.
- MARANHÃO, Ricardo. O Estado e a Política Populista no Brasil. FAUSTO, Boris (coord.). **História Geral da Civilização Brasileira**. 3 ed. Tomo III, v. 3. São Paulo: Difel, 1986.
- MARANHÃO, Ricardo. **O governo Juscelino Kubitschek**. 4 ed., São Paulo: Brasiliense, 1985 (Coleção Tudo é História).
- MENDONÇA, Sônia Regina de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. 6 ed. atualizada. Rio de Janeiro: Campus, 1996. p. 267-299.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática**. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SADER, Eder. **Um rumor de botas: a militarização do Estado na América Latina**. São Paulo: Polis, 1982 (Coleção Teoria e História, 11).

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: fábrica de ideologias**. 2 ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1997.

GLÓSSARIO



Gal. Henrique T. Lott: Militar brasileiro (1894- 1984). Foi marechal do exército. Na crise de 1954, quando as forças conservadoras à direita se opuseram ao sindicalismo à esquerda, assinou o documento em que os generais exigiam o afastamento de Getúlio Vargas do poder.



Nereu Ramos: Advogado e político brasileiro (1888-1958). Foi presidente da República durante dois meses e 21 dias, (1955-1956), vice-presidente do Brasil, eleito pelo Congresso Nacional, de 1946 a 1951. Fez parte da junta militar que governou o Brasil de 31 de agosto a 30 de outubro de 1969.